

Capítulo 24 - DOI:10.55232/10830012.24

**A CONEXÃO NECESSÁRIA ENTRE O
DESENVOLVIMENTO PLENO E A ÉTICA**

Andreia Nunes de Castro, Claudionor Nunes Cavalheiro e Marcelo Skowronski

RESUMO: O estudo tem por objetivo expor a ética como sendo necessária ao desenvolvimento pleno do ser humano. trata-se de uma revisão bibliográfica, tendo a composição do corpus a partir da literatura especializada. Esta investigação se justifica, considerando que a escola é um espaço que oferece as possibilidades reais e significativas de práticas, capazes de fortalecer um convívio social, nas quais valores como a amor e o respeito sejam reputados indispensáveis para o exercício da cidadania. Esperamos que a presente análise possa contribuir com a ampliação do entendimento de que a atuação docente abarca compartilhar informação e ensinar o aluno a ser ético em suas condutas no cotidiano.

Palavras-chave: Ética, diversidade, cidadania.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira contemporânea, a partir da insurgência de atores sociais, até então pouco visíveis na cena pública, impõe desafios à educação, e requer uma reconfiguração do cenário escolar. A escola é percebida como um espaço de sociabilidade para onde convergem diferentes experiências socioculturais que refletem na forma de se conviver em sociedade. Os desafios advindos da convivência com a diversidade no âmbito escolar têm provocado noções estereotipadas e distorcidas no processo ensino e aprendizagem, gerando mal-estar na relação educador e aluno.

Os problemas escolares que surgem desse mal-estar na relação interpessoal, não se encontram apenas, em dados estatísticos de reprovação e evasão, refere-se também, às identidades construídas na escola. Desse contexto, pode-se inferir que há uma relação estreita entre o trato pedagógico e o olhar projetado aos alunos, dado pelo meio cultural, pela divisão de classes, pelas hierarquias sócio-étnico-raciais, de gênero e território. O resultado do protótipo atribuído ao aluno reside na ausência de reconhecimento da riqueza da diversidade. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que a Ética desconstrói estereótipos, e julgamo-la necessária ao desenvolvimento humano pleno. Segundo Gomes (2007), esse posicionamento avança para superação de concepções hegemônicas de pessoas e culturas, porque a Ética desconstrói olhares preconceituosos e permite repensar as práticas escolares com olhar amoroso para os alunos.

Do ponto de vista metodológico, o *corpus* teórico é fundamentado na ecologia de saberes de Santos (2007), que tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo. Sua teoria se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, e dá consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. Para ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real é a medida do realismo. A credibilidade da construção cognitiva é mensurada pelo tipo de intervenção no mundo que ela proporciona, auxilia ou impede. A avaliação dessa intervenção combina o cognitivo com o ético-político, distinguindo a objetividade analítica da neutralidade ético-política.

Nesse trabalho realizamos uma correlação entre diversidade e escola na perspectiva de Gomes (2007); a noção de desenvolvimento humano e cidadania, segundo Lima (2007) e Santos (2021); e ética na ação docente de acordo com Hooks (2013), Ferreira (2006), Gilligan (1982) e Ramose (2002). Discutimos diversidade como

constituente das relações sociais relacionando-a as representações atribuídas aos alunos, e as consequências dessas representações. Trata-se de compreender que posturas pedagógicas a partir de estereótipos confirmam crenças em que os desiguais por classe, raça, etnia são vistos como desiguais nas capacidades e ritmos de aprendizagem. O estudo oferece uma contribuição para compreender o processo educacional à luz da dimensão da Ética, e como “um ato de resistência” ao individualismo contemporâneo. (BELL HOOKS 2013, p. 18).

UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE EM SALA DE AULA

A escolarização é um processo educativo potente responsável pelo processo de humanização. É constituído pela riqueza da diversidade e de práticas culturais imprescindíveis para a cidadania. Segundo Gomes (2007) é nesse contexto que construímos conhecimento, valores, representações e identidades. Nesse sentido, se a escola é considerada por excelência o espaço para a socialização, é obrigação de ofício entender como o pressuposto de superioridade cultural precariza e marca os seres humanos pelas vias da subalternização e da hierarquização. Gomes (2007) ainda destaca que a diversidade faz parte existência humana, tanto biológica quanto cultural. No entanto, as relações de poder estabelecidas entre grupos humanos, levaram a leituras estereotipadas e preconceituosas de pessoas diferentes, encontrando justificativas infundadas para serem exploradas e tratadas de forma desigual.

Entendida como um componente do desenvolvimento biológico e da construção histórica, social e cultural das diferenças, a diversidade requer um trato igualitário e democrático em relação àqueles considerados diferentes.. No que tange à escola, implica respeitar as produções, os saberes, os valores, linguagens, as experiências dos alunos, sem, contudo, deixá-los à margem dos conhecimentos resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. Partindo desse contexto justifica-se a necessidade de pensar as diferenças, sejam elas quais forem, sob novas concepções. Há a necessidade de atribuir às práticas escolares significados outros, que reconheçam, valorizem e respeitem essas diferenças enquanto constituintes do homem.

Para Souza (2002, p. 32), vivemos num espaço e tempo marcados pela efervescência das questões trazidas pela “diferença de gênero, de raça, de classe social, de orientação sexual, de identidades, de origens, de pertencimentos etc. Diferença que

até bem pouco tempo ficou ocultada pela força do discurso sobre a igualdade”. Corroborando com esse argumento, Santos (2007) parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída. O autor vê possibilidade de criação baseada na riqueza da diversidade, por meio da desfamiliarização da tradição canônica das monoculturas do saber. Esse conceito é relevante porque permite perceber a escola como o espaço onde se cruzam conhecimentos e, também, ignorâncias; onde não há uma unidade de conhecimento, como também, não há uma unidade de ignorância. Conduzido por uma ecologia de saberes, reconhece-se o interconhecimento, com a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido com os outros conhecimentos.

Todavia, Gomes (2007) aponta que há tensão nesse processo de conviver com/e na diversidade, devido a uma tendência cultural em ressaltar de modo positivo e melhor os valores individuais. Essa tendência cultural é responsável por causar um estranhamento, uma rejeição em relação ao diferente. No campo escolar, esse estranhamento se materializa quando há categorização de alunos, com base no que se considera socialmente comum e natural, de “bons” e “maus”, capazes e incapazes. A rotulação faz com que tudo na escola seja pensado por esse parâmetro de normalidade, um arquétipo a partir do qual todos serão avaliados. As categorizações têm a marca da desqualificação, resultando em estigmas no ambiente escolar, manifestados nos processos de ensino.

As construções sociais que definem supostas inteligências mais capazes do que outras, legitimam exclusões e desigualdades, e pode repercutir de forma avassaladora no processo de constituição de identidades. Segundo Silva (2001), é necessário compreender a construção da identidade como fenômeno produzido na escola principalmente pelo currículo oculto. O currículo oculto modela-se por meio da produção das identidades culturais constituída pela somatória das normas, das crenças e dos valores que são transmitidos de forma velada. Silva (2004), diz que o currículo oculto se manifesta por meio dos gestos, olhares, inclusão, valoração, atributos baseados em binarismos como bom/mau, legítimo/ilegítimo. Compreender esse conceito permite desenvolver um trabalho firmado na Ética, com respeito à dignidade da pessoa.

Currículo oculto é um elemento estruturante na construção de identidades, tendo como princípio as ideias e representações que as pessoas constroem a partir das vivências escolares compõe suas identidades e subjetividades, suas visões de mundo e de si próprias. Compreender tal princípio requer práticas firmadas na Ética, com

respeito às diversas individualidades, ensinando que conviver com o Outro exige regras para o bem comum.

Trabalhar com a diversidade na escola não é uma reivindicação romântica do final do século XX e início do século XXI. Segundo Pereira (2012), encontra-se normatizada pelo Ministério da Educação desde o final da década de 1990, e não aconteceu por acaso. É o resultado de um movimento mais significativo no campo educacional, uma conquista de um novo ‘lugar político e social’. De acordo com Gomes (2007) e Pereira (2012), essa conquista tem a ver com as estratégias pelas quais os grupos humanos considerados diferentes passaram destacar politicamente as suas singularidades, exigindo que a diversidade saia da dimensão do discurso e receba tratamento justo e igualitário, desmistificando a ideia de uma unidade humana que não existe, e que não resiste aos avanços das ciências e dos valores.

Diante dos avanços das ciências e dos valores, os olhares hierárquicos e classificatórios das capacidades e ritmos dos alunos são desconstruídos, e movem olhares mais respeitosos e igualitários. Tal postura permite analisar valores, comportamentos, conceitos e pré-conceitos que são compartilhados entre os sujeitos escolares. Esse movimento é essencial para autenticar o profissionalismo, na medida em que proporciona conhecimentos que possibilitem, de fato, formar para o desenvolvimento pleno do aluno.

A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A CIDADANIA

Há duas concepções de desenvolvimento humano, uma marcada pelas transformações de evolução biológica, que é constante para todos os seres humanos, outra, pela vivência cultural. Para este estudo, o foco é a concepção cultural por entender que está intrinsecamente ligada à percepção e memória, e estas, por estarem muito próximas das aprendizagens escolares. Os estudos de Moran (1991), Hooks (2013), Santos (2021) elucidam perspectivas distintas da racionalidade para compreender o ser humano. Esses pesquisadores colocam em pauta, também, as a subjetividade constituinte do fenômeno humano. Dessa forma, por desenvolvimento pleno do ser humano entende-se o desenvolvimento das potencialidades cognitiva, emocional, motora e social. Logo, a educação deve integrar conhecimentos do domínio

afetivo (emoções, valores, atitudes) com o domínio cognitivo (conhecimento e habilidades intelectuais) e físico (habilidades motoras, ritmo, coordenação, lateralidade). Ao evidenciar a subjetividade na constituição humana não significa rebaixar a objetividade. Entretanto, Hildebrand (2007) alerta de que devemos libertar da ilusão desastrosa de que objetividade implica uma abordagem exclusivamente observadora e exploratória. Visto por esse ângulo, o conhecimento formal torna-se não somente uma aquisição individual, aprender significa utilizar o conhecimento adquirido para o seu desenvolvimento pessoal como para o do coletivo. Formar a pessoa para situar-se como membro de um grupo, enquanto cidadão, passa a ser, também, um objetivo da educação.

Para alcançar essa formação, na explicação de Lima (2007), é necessário percebê-la a partir da teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, na qual a pessoa, ao se apropriar do conhecimento formal, utiliza as funções psíquicas elementares, como percepção, memória, pensamento. Grossi e Ferreira (2001) corroboram com essa concepção ao afirmarem que a memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes se redefinem continuamente em direção ao território da alteridade, em jogos de poder que enlaçam grupos sociais estruturados. Isso aponta a responsabilidade da escola ao selecionar conteúdos e práticas curriculares que dissertam o passado com interpretação e significado de fatos. Dependendo das histórias circulantes, podem formar identidades impotentes, subservientes, cujo comportamento impede de exercer livremente as potencialidades inerentes a cada pessoa.

Ribeiro (2001) afirma que a memória não é só a lembrança do passado, é tudo o que diz de nós mesmos. Seus significados revelam aquilo que nos constitui como pessoa, como ser social. A memória coletiva, não de indivíduos isolados, mas de indivíduos que constituem a coletividade, são interpretações, visões de mundo pela qual nos relacionamos e ocupamos um espaço. Para a autora, a forma como as pessoas se organiza e faz do espaço seu *habitat* mostra a memória originada pela necessidade de reconhecimento do direito à vida e do direito à cidade. A memória está para a história assim como o homem está para a vida, em conformidade com a condição humana. Trata-se de um substrato que permite ao sujeito entrar em contato com a realidade e exercer a cidadania.

Para Santos (2021), a cidadania se dá em diversos níveis, “sobretudo neste país, todos não são igualmente cidadãos, havendo os que nem são cidadãos e havendo os que não querem ser cidadãos, aqueles que buscam privilégios e não direitos”. A cidadania reside no reconhecimento de três dimensões do homem: a dimensão da corporeidade, da

individualidade e da socialidade. A corporeidade trata-se da realidade do corpo do homem, é uma dimensão objetiva, que representa as virtualidades de educação, da capacidade de mobilidade, da localidade. A dimensão da individualidade é subjetiva; diz respeito às consciências: do mundo, do lugar, de si, do outro, de nós. Santos (2021, n.p) considera que “todas estas formas de consciência têm a ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto”. Para o autor o cotidiano é constituído pela materialidade (esfera técnica) e imaterialidade (esfera das paixões, das crenças) tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade.

Por tais argumentos nos levam a compreensão de que educar passa também pela tomada de consciência dos próprios sentimentos e emoções, cujo currículo os conteúdos são meios e não como fins em si mesmo, considerando que a aplicação dos conhecimentos formais tem a ver como nos posicionamos no mundo, como vemos o outro, com o conviver e com a cidadania. Tomamos a cidadania no sentido de sujeitos autônomos, conscientes de si, de seus próprios sentimentos e de suas responsabilidades para consigo e para com os demais membros da sociedade.

Essas formas de pensamento, como chamam seus idealizadores, constituiriam a realização fundamental da Educação, baseada na consciência da afetividade como objeto de ensino, porque qualquer conhecimento intelectual será aplicado em baseado no caráter. Por isso, não basta reconhecer a existência da diversidade, é preciso valorizar as diferenças propondo medidas na esfera normativa e formativa. Para tal, Pereira (2012) orienta trabalhar com histórias das diferentes matrizes formadoras de nossa sociedade, evidenciando as lutas por liberdade e por direitos civis de homens e mulheres, negros e brancos, para que a se forme sujeitos autônomos, responsáveis para consigo e para com os demais membros da sociedade.

O PAPEL DA ÉTICA NA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA

Reconhecer valorativamente as diferenças requer práticas e condutas pensadas sob um novo olhar, o olhar da alteridade. Alicerçada nas obras de Freire, Hooks (2013), aponta para a construção de uma educação humanista, antirracista, antissexista etc., que reconheça as peculiaridades do indivíduo e que garanta a voz dos estudantes, capaz de

estimular o senso crítico e avançar em práticas que liberte as minorias das opressões. A pesquisadora apresenta uma educação como prática da liberdade, na qual o

[...] trabalho do professor não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendiz possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (HOOKS, 2013, p.25)

Em outro momento Hooks (2013) apresenta o amor como ação que constrói as relações humanas justas, capaz de diluir o nihilismo, a ganância e a obsessão pelo poder que dominam nossa cultura. Ao colocar o amor como ação, a autora, obriga os educadores a assumirem a responsabilidade e o comprometimento com o aprendizado. A relação entre educadores e educandos, entre ensino e aprendizagem, nessa perspectiva, reivindica a Ética como pilar para que ocorra o respeito e a proteção das almas dos alunos.

Na reivindicação do amor, Murdoch (2013, p.125) apresenta-o como possibilidade de desvincular-se de impulsos egoístas, sendo estes, convertidos em altruísta e justo. Para ela “o amor que traz a resposta certa é um exercício de justiça e realismo, e de realmente olhar”. Arendt (2007) cita que o amor se assemelha ao respeito, e não se relaciona ao sentimento de estima ou desejo, mas ao reconhecimento do outro e da importância da esfera comum. As filósofas ao referirem ao valor da vida, sua ligação com o mundo vêm no amor a possibilidade de pertencimento. Tal afirmação encontra-se respaldado no pensamento de Arendt (2016, p. 247): “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”.

Implica dessa perspectiva o princípio ético como unidade de referência que abre possibilidades de ouvir os alunos silenciados, cuidar de suas integridades, garantindo uma formação identitária respeitosa, solidária e responsável. Segundo Ferreira (2006, p. 32), “Ética é referência para que a escolha do sujeito seja aceita como um princípio geral que respeite e proteja o ser humano no mundo. O *ethos*, como costume, articula-se às escolhas que o sujeito faz ao longo da vida”. A Ética fundamenta a moral, ao expressar a sua natureza reflexiva na sistematização das normas.

Nessa lógica, Carol Gilligan (1982) traz a Ética do cuidado para alcançarmos uma sociedade não-patriarcal, onde homens e mulheres podem ser livres para o

exercício de diferentes vozes morais. A orientação para o cuidado é alicerçada no aspecto da relação com o outro e constitui-se como um modelo de interdependência e do pensar conjuntamente, buscando justiça nas reivindicações do eu e do outro de forma concorrente.

É preciso reivindicar reformulações Éticas que considerem o pensamento feminino, mas sem exigir que ele seja o único. De acordo com Santos (2008), não se pode estabelecer um discurso único de mundo, isso é uma forma de totalitarismo forte e insidiosa, que devem ser analisados à luz de critérios éticos para desconstruir crenças infundadas e desumanizantes. Por isso, é preciso voltar a atenção para o ponto de vista epistemológico e moral de grupos subordinados.

Ética está relacionada à visão do Outro, manifestada em ação humana, e pressupõe escolha e decisão. A Ética permite desvincular-se do raciocínio confinado, substituindo por uma nova consciência, uma nova filosofia moral, da solidariedade. Ramose (2002) entende que o raciocínio confinado implica em algum tipo de cerca, onde o procedimento é nomear, tomar posse e cercar, com efeitos na exclusão de outros. Para resolver o problema da exclusão o filósofo propõe a Ética *ubuntu*, com base no reconhecimento, cuidado, partilha e respeito nas relações humanas. Agir por essa Ética é elevar-se acima do *selo* e afirmar a própria humanidade orientada pelo princípio regulador da justiça, da liberdade e autonomia do pensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos uma análise de referência sobre a Ética, visando contribuir para desconstruir os estigmas e preconceitos subjacentes nas práticas escolares. Acreditamos que a educação e seus agentes possam contribuir efetivamente para a formação Ética, visando o alcance de sociedades mais justas, deve-se: (i) mostrar aos estudantes que no campo da Ética há múltiplos caminhos, que o *status quo* não está determinado e pode ser modificado; (ii) evidenciar que atitude Ética exige vigília constante, no intuito de tornar as pessoas mais responsáveis das ações que praticam nos espaços da vida; (iii) buscar uma superação teórica e prática do antropocentrismo ou formas ainda mais excludentes de ontologia moral, adotando práticas que considerem a subjetividade.

Entendemos a formação Ética como direito e necessária à formação humana, considerando que os contextos sociais por onde transcorre a vida são diferentes e

ubíquos, torna-se urgente a necessidade de desenvolver a formação do caráter por meio do ensino de Ética. Se, por força da Ética, agirmos em benefício dos seres humanos, acreditamos que as transformações significativas são possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDET, H. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo. Perspectiva, 2016.

_____. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FERREIRA, A. C. A morada do educador: Ética e cidadania. In: Educação e revista. Belo Horizonte, n.43, jun. 2006, p.57-72.

GILLIGAN, C. Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOMES, N. L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GROSSI, Y.S; FERREIRA, A. C. Somos seres de um dia só. Cad. hist., Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 20-29, jul. 2001. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1707/1833>> Acesso em: 30 jul. 2021.

HOOKS, B. A teoria como prática libertadora. In:Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.

_____. Vivendo de amor. Portal Geledés. 2010. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 30 jul. 2021.

LIMA, E. S. Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. 5. ed. Mens Martins: Europa-América, 1991.

MURDOCH, I. A Soberania do Bem. Unesp, 2013.

PEREIRA, A. A. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. Revista História. Hoje, v. 1, no 1, p. 111-128 - 2012.

RAMOSE, M B. A Ética do ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethicsofubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

RIBEIRO, N. B. Os silêncios e tantas histórias...Cad. hist., Belo Horizonte, v. 6, n. 7 p. 57 a 65. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/articloe/view/1707/1833>>. Acesso em 30 jul. 2021.

SANTOS, B de S. Para além do pensamento abissal. Novos Estudos CEBRAP, 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>>. Acesso em 30 jul. 2021.

SANTOS, M. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. Revista Prosa Verso e Arte. Educação e ciência. 2021. Disponível em <www.revistaprosaversoearte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/>. Acesso em 30 jul. 2021.

SILVA, M. V.; CUNHA, M. D. (Org). Políticas e práticas docentes alternativas em construção. In: O enfoque do negro no currículo escolar: algumas possibilidades de resignificação. Edufu, Uberlândia, 2004.

SILVA, T. T. O currículo como fetiche: a poÉtica e a política do texto curricular. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, M. G. A. Diferença e Tolerância: Por uma Teoria Multicultural de Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPED, 2002.